



SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE



**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA ESTADUAL DE
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE
GOIÁS - MENP/SES-GO**

1 **ABERTURA:** Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e treze, às 15 horas, na Rua
2 SC-1 nº 299, Parque Santa Cruz, Superintendência Executiva, Secretaria de Estado da Saúde,
3 Goiânia-GO, realizou-se sob a Coordenação de Maria Carolina Ferreira, Gerente de
4 Desenvolvimento de Pessoas da Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, a
5 Terceira Reunião Ordinária da Mesa Estadual de Negociação Permanente da Secretaria de
6 Estado da Saúde de Goiás (MENP/SES-GO), para tratar sobre o Plano de Cargos, Carreira e
7 Salários - PCCS, com a presença de representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES):
8 Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde (SCATS), Superintendência de
9 Educação, Saúde e Trabalho para o SUS (SEST), Superintendência de Gestão, Planejamento e
10 Finanças (SGPF), Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde (SPAIS) e
11 Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA), compondo a bancada governamental e
12 representantes do Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás (CRESS), Sindicato
13 dos Enfermeiros do Estado de Goiás (SIEG), Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Goiás
14 (SINFAR), Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás (SIMEGO), Sindicato dos
15 Odontologistas do Estado de Goiás (SOEGO) e Sindicato dos Trabalhadores do Sistema
16 Único de Saúde (SINDSAUDE), compondo a bancada sindical e de conselhos de classe.
17 Carolina GDP/SGPF inicia a reunião dizendo que o Dr. Halim ligou às 14:10 horas
18 informando que não viria devido a um compromisso de urgência designado pelo Sr.
19 Governador, e pediu que Carolina coordenasse a referida reunião. Carolina pergunta se todos
20 concordam ou tem alguma objeção, todos concordaram. Carolina informa que o Dr. Halim
21 solicitou que Dra. Maria Lúcia Carnellosso participasse da reunião, porque ela acompanhou
22 todos o processo do PCCS, podendo contribuir nas discussões. Carolina GDP/SGPF diz que
23 antes do início das discussões, quer fazer uma observação, lendo a ata consta que a Fátima do
24 SINDSAUDE na última reunião comentou da existência de uma portaria do Ministério da
25 Saúde sobre incentivo de recurso para ajudar no plano de cargos, como ela faz parte da
26 câmara técnica do CONASS e participa das discussões, informa que este foi um recurso para

27 incentivar iniciativas interessantes em relação a perspectiva de carreira, de valorização do
28 trabalhador e de desprecarização de vínculos, inclusive o próprio município de Goiânia foi um
29 dos ganhadores. Ela disse que este incentivo foi por um período de tempo e a portaria já
30 venceu. Fátima SINDSAUDE diz que no Nordeste foi aplicado e teve 8 Estados que
31 conseguiram novamente esse incentivo, diz que quando colocou sobre a portaria, não fez a
32 mesma colocação da Carolina, porque também o ambiente era outro, ela diz que pensa que
33 como essa portaria foi oportunizado para 8 Estados, se não teria como continuar acontecendo,
34 já que se tem a disposição de nesse momento se constituir essa valorização profissional, para
35 o Estado de Goiás. Carolina GDP/SGPF diz que esta semana teve oportunidade de conversar
36 com o Ministério da Saúde, e no momento eles não estão disponibilizando nenhum recurso
37 nesse sentido. Abriu as falas, que foi encaminhada as propostas por e-mails. Fátima
38 SINDSAUDE diz que ficou acertado que o impacto foi apresentado, a minuta foi
39 encaminhada para eles depois na quinta-feira, depois que ela e a Lorena e algumas entidades
40 solicitaram, diz que em um primeiro momento não ficaram preocupados com a minuta, mas
41 quando se fala em PCCS precisariam conhecer, mas querem voltar na questão do impacto
42 financeiro, já tiveram em discussão inúmeras vezes, voltar a fazer todo um trabalho,
43 constituindo novamente uma minuta e no final não ter o dinheiro para pagar, então eles como
44 bancada dos trabalhadores, querem é saber qual o montante que pode ser aplicado, porque a
45 partir disso tem como se posicionar. Diz ainda que estão no terceiro ano, uma defasagem
46 salarial grande, as perdas feitas pelo DIEESE acusa uma correção de 24,88%, e isso que
47 precisam saber, tem possibilidade de recuperar essas perdas, porque senão irão trabalhar em
48 uma minuta sem nenhuma possibilidade dessa valorização e dessa recuperação dessas perdas,
49 ela diz que não sabe se os demais concordam, mas que o melhor é sabermos o que está
50 disponível, e em cima desse percentual possam trabalhar, porque senão ficarão se iludindo, de
51 novo tem uma comissão trabalhando desde fevereiro para ao final tanto tempo dos colegas
52 que é valioso e o deles não ser aproveitado, então é esse o cuidado que tem que ter para
53 avançarem. Maria Lucia diz que como Fátima SINDSAUDE falou, estão desde fevereiro
54 trabalhando, realizando cálculos, começaram do ideal para todos, mas o ideal representava um
55 impacto de 100% na folha hoje somente dos ativos, sem considerar os inativos, estavam
56 trabalhando somente com os ativos, mas para o Tesouro, para a SEGPLAN, eles consideram
57 também os inativos, está dizendo que o recurso não sai da folha da Saúde da SES, mas sai do

58 Tesouro de certa forma, então para eles isso não interessa, eles vem no geral, os ativos na
59 primeira proposta que fizeram que era a ideal, o impacto seria 100% , quer dizer a folha hoje
60 que está em torno de R\$50.000.000,00 seria acrescido mais R\$50.000.000,00, desse modo
61 foram reduzindo, foi realizada uma discussão no CONSIND é que era recomendação é que o
62 Tesouro suportaria um impacto na folha de até 10%, esses 10% em cima de R\$50.000.000,00
63 é nada, dessa forma não teria proposta possível para isso, com perspectiva de carreira, então
64 foram analisando o que seria o mínimo que poderia atender, ter um plano que poderia ser
65 enquadrados nesse plano e poderia de certa forma o Governo dar conta de pagar nesse
66 primeiro momento, e foi que fez, sem os inativos, somente os ativos daria um impacto de 26%
67 , então dos 10% que poderia ser dado, o nosso que o mínimo do mínimo, se pedirem para
68 mexer de novo fica difícil porque não tem como abaixar mais, partiram dos servidores, como
69 exemplo o de nível superior do salário de hoje que recebem, se for enquadrar nas referências,
70 vai ter 3%, nas primeiras discussões esses 3% não seriam cumulativos, e começaram a
71 discutir que não seriam possível isso, e conseguiram que pelo menos eles fossem cumulativos
72 para cada referência. Maria Lúcia continua dizendo que partindo do salário de hoje que é
73 aproximadamente R\$2.800,00 então esse seria o valor de referência A e incidiria os 3%, esse
74 foi o mínimo, menos do que isso não teria condições, a proposta é muito simples, a diferença
75 que se fez nela foi retirar o médico do agrupamento de analista, e isso foi por recomendação
76 solicitada, porque como o médico já recebe um bônus de R\$2.500,00, porque em relação a
77 categoria de médico, eles recebem os R\$2.800,00 mais os R\$2.500,00, ficou o salário dele
78 inicial seria o somatório dos dois valores, então o salário do médico inicia com
79 aproximadamente R\$5.300,00, além disso a complementação seria com os aperfeiçoamentos e
80 qualificação, então todo servidor teria direito dependendo da sua qualificação um determinado
81 percentual, podendo chegar até 30% do vencimento de ganho em relação a qualificação.
82 Maria Lúcia continua dizendo que a proposta é muito simples, mas o impacto ainda é bem
83 maior que o % que a SEGPLAN tinha fixado, mas que não tem o que tirar da proposta.
84 Carolina SGPF agradece a participação e diz que para melhor encaminhamento se propõe a
85 inscrever as pessoas. Diz que pelos levantamentos realizados, tem um numero significativo de
86 servidores que estão mais próximo da aposentadoria do que aqueles que estão começando
87 agora, e que no concurso recente foram aproximadamente 3000 servidores e nem todos
88 tomaram posse, então no PCCS tem que ter pelo menos a perspectiva de caminhar na

89 horizontal, temos que pensar no coletivo, porque tem um número significativo de pessoas
90 próximas a aposentar. Maria Lucia diz que mais de 28 anos de serviço somente dos ativos são
91 20%. Carolina GDP/SGPF pergunta quem irá falar, diz para fazerem fala um grupo de cinco e
92 abrir para discussão. Flaviana SINDSAUDE diz que quer salientar com relação aos inativos,
93 que foi colocado que a SEGPLAN mesmo sendo inativos eles consideram do Tesouro, só que
94 todos sabem que os inativos são pagos pela GOIASPREV porque os servidores contribuíram,
95 então não dá para a SEGPLAN considerar para contagem do Tesouro algo que o servidor
96 pagou, contribui por 30 anos para ter direito, por isso até que o Governador aumentou a
97 percentagem para 13%, então de espécie nenhuma podia colocar os inativos no impacto,
98 porque não sairia do Tesouro, nem de qualquer fonte, quando o Lucas passou o impacto,
99 R\$13.000.000,00 dos ativos e R\$7.000.000,00 dos inativos, dando um impacto total de
100 R\$20.000.000,00, mas esse inativo não pode entrar no impacto, porque quem paga o inativo é
101 o fundo de previdência o GOIASPREV, na verdade o impacto seria então R\$50.000.000,00
102 que é o valor da folha de hoje, mais o impacto do ativo de R\$13.000.000,00, indo para
103 R\$63.000.000,00, só lembrando que não adianta avançar, sem tirar os inativos do valor.
104 Carolina GDP/SGPF passa a fala para Lorena SINFAR que diz que quer fazer consideração
105 no quadro permanente apresentado nesta proposta, que a lei nº 15.337, ela enquadra o servidor
106 em 5 níveis, sendo auditor o último nível, e os dois últimos concursos que teve em 2004 e
107 2010, o que foi exigido para que o auditor entrasse no serviço público, foi uma exigência bem
108 maior que os outros cargos, ele tem que fazer 30 horas e ter no mínimo experiência de 5 anos
109 na sua área de atuação, como o salário era maior teve um atrativo a mais para fazer o
110 concurso, mas na proposta apresentada colocam a carreira médica acima do auditor, e isso
111 para o auditor é inaceitável, além de ser ilegal tem vários auditores médicos, que fizeram a
112 opção pela carreira de auditor por ela ser mais interessante financeiramente, hoje na auditoria
113 aproximadamente 35% no quadro de auditor é médico, dos 78 auditores 22 são médicos. Diz
114 que eles vão lutar para que o auditor ser o grau máximo dentro do PCCS do Estado, não tem
115 como hoje auditar um colega que hierarquicamente no quadro esteja superior na carreira, diz
116 que é uma consideração que quer que fique registrada, que dentro dos 5 grupos o grau 5 tem
117 que ser de auditor de saúde. Wellersson SIEG diz que como foi explicado, a questão dos
118 médicos, todos sabem que foi assinado pelo Governador que tanto médico como enfermeiro e
119 técnico de radiologia, tem uma bonificação, nenhum enfermeiro pode ganhar menos que

120 R\$4.000,00, então baseado no que foi dito o enfermeiro não poderia ficar na categoria de
121 R\$2.800,00, não teria impacto, então se o médico ficará com o salário incorporado da
122 gratificação que ele recebeu que está sancionada, então seria justo, já que não vai impactar
123 nada na folha, o enfermeiro também continuar como o salário base de R\$4.000,00, que o que
124 foi proposto por eles com o Secretário e sancionado, já que a categoria médica vai a outra
125 categoria, a categoria de enfermagem ficar neste nível não impactará nada na folha, porque
126 está sancionado que nenhum enfermeiro pode ganhar menos que R\$4.000,00, então em
127 termos de categoria vão lutar para ter também a diferenciação, porque também tem a proposta
128 em relação a categoria de enfermagem, porque não vai impactar nada. Meire SPAIS diz que
129 quanto a questão da cumulação de títulos, o dia que o Lucas apresentou ele disse que o nível
130 máximo seria de 30% que é o do doutorado, o de mestrado seria 20% e de especialização seria
131 10%, e que poderia apresentar dois títulos, então além de duas especializações pode se somar
132 os aperfeiçoamentos de 260 horas de 7% e mais uma de 180 horas de 5%. Maria Lúcia diz
133 que só não pode ultrapassar a 30%. Divino SCATS diz que há uma contradição nesta
134 resposta. Carolina GDP/SGPF diz que antes do Divino tem a Lilian inscrita, pergunta se
135 Meire concluiu e passa a palavra para Lilian. Lilian SIMEGO diz que com relação ao que a
136 Meire falou o entendimento dela é que como ela também trabalha no município, lá ela não
137 pode acumular especializações, porque senão acaba desestimulando a progressão, se a
138 especialização pode ser acumulada, então que estímulo teria para fazer um mestrado, se
139 financeiramente será o mesmo impacto, então questiona-se se seria válido esse acúmulo ou
140 não, então não colocaria esse acúmulo e melhoraria por exemplo o doutorado ou o mestrado,
141 não tendo o acúmulo para estimular o crescimento, porque se colocar que poderá chegar a
142 30% de um doutorado acumulando especializações, não terá estímulo para fazer um
143 doutorado que cientificamente tem um impacto bem maior. Continua dizendo que com
144 relação ao que a Lorena falou, ela quer colocar que é auditora e também médica, quanto
145 auditor e quanto médico ficou péssimo no PCCS, ficou mais prejudicado o auditor médico,
146 porque no plano coloca que os médicos receberão os R\$2.500,00 incorporados, os auditores
147 médicos não receberiam, então ficariam abaixo dos médicos e não teriam o bônus
148 incorporados, porque a portaria é para função médico, e quando fala de cargo é auditor
149 médico, então teria perda real de R\$2.500,00, além de não ter o ganho, também teria perda,
150 além disso fica complicado auditar um colega que dentro da estrutura está acima, porque tem

151 médicos na área administrativa que são parceiros e estão trabalhando na mesma sala, com
152 funções até juntas, e ela estaria fazendo 30 horas e eles fazendo 20 horas, porque para o
153 auditor foi exigido um tempo de formação maior, então como auditor e como medico auditor,
154 eles vão lutar para que na categoria o medico ficaria como 4 e auditor volte ser a categoria
155 máxima dentro dessa hierarquia, que o médico tenha um salário proporcional a sua carga
156 horária. Carolina SGPF diz que tem o Divino, Fátima e Meire e depois abriria para discussão,
157 senão acumula muitos aspectos. Divino SCATS diz que é advogado e está na saúde há 35
158 anos, e acompanha essa luta há 35 anos, ele quer fazer uma fala não como defensor de
159 corporativismo, ele disse em outra reunião que trabalhador da saúde é um multiprofissional e
160 ações multidisciplinar, daí a compreensão de que não deve o médico ser diferenciado, isso
161 discute a questão de conceitos, princípios, tecnicamente sem interferências outras, então como
162 trabalhador da saúde faz a insistência que fique constando na ata o pleito de que trabalhador
163 da saúde tem conceito multiprofissional, e não se faz somente com o profissional médico, e as
164 ações de saúde são multidisciplinares, é nesse conjunto de coisas que ela se realiza, e estão
165 esquecendo isso, está jogando debaixo do tapete. Continuando a dizer sobre segunda coisa é a
166 questão da incorporação dos R\$2.500,00 no salário do profissional médico, mais uma vez
167 fortalecendo o desrespeito a esse princípio, a desconsideração com o trabalhador da saúde.
168 Sobre a questão do aposentado, a LC nº 141 ela traz regulando a nº 8.080, que essa despesa
169 não é feita com recurso da saúde, vai correr o risco de ter ações questionando isso, ele está
170 colocando onde está o impedimento, na Lei Complementar nº 141 mostra o impedimento que
171 a despesa do aposentado possa ser feita com dinheiro destinado a ações de saúde, o que ele
172 sente muito de certa forma como foi falado que tem quase 29% de trabalhadores da saúde a se
173 aposentar, e isso cria um problema na folha, é um desrespeito a quem está há muito anos
174 carregando essa situação nas costas, quem está entrando agora, está entrando numa situação
175 que foi forjada sobre sangue e suor de muita gente que já lutou, que está aí passando fome
176 com o salário do Estado como aposentado. Continua dizendo que de modo que sabem que o
177 poder de decisão não está na mão de quem está trabalhando aqui na saúde, infelizmente o
178 martelo bate em outro lugar, mas ele como trabalhador não pode deixar de dizer, não pode ser
179 omissos em dizer a verdade, e espera que haja uma solução para isso, e pede que conste em ata,
180 todos aplaudem, e ele diz que tudo isso precisava ser dito. Fátima SINDSAUDE diz que quer
181 começar de onde o Divino parou, como eles vem a mais de três anos nessa insistência de

182 discutir a carreira, é entendê-lo que a saúde tem toda uma relevância e que eles não são
183 sozinhos nessa participação, hoje na Assembléia dos Trabalhadores, colocou-se toda a
184 importância e todo o cuidado que tem que ter em uma secretaria, e que os profissionais
185 médicos sozinhos não tem condição de realizar nenhum ato, eles dependem de profissionais
186 antes, durante e depois, nesse sentido a proposta do sindicato que mantém os cinco cargos da
187 15.337, com os médicos no conjunto de analista e os auditores sendo o último da carreira,
188 porque entendem que quando criou esse bônus, muitos profissionais foram injustiçados na
189 forma que se estabeleceu, alguns já ganharam, por exemplo os enfermeiros do HDT já
190 percebiam esse valor, ou seja não tiveram nenhum acréscimo, e tem unidades que não
191 recebem até hoje, então a prioridade deles é que primeiro o que está na lei 15.337 mesmo com
192 os vícios que ela tem, o ganho que está nela é muito claro e esse ganho precisa ser nivelado
193 agora nessa negociação, isso eles não podem abrir mão, os valores tem que ser cumpridos,
194 não tiveram titulação, não tiveram nenhuma valorização nesse processo, mas exige-se de
195 todos trabalhadores cumprimento de carga horária, é o que tem dado muito embate com o
196 Governo, é essa lei que se cumpre parte e não se cumpre toda, ou seja o que foi delegado aos
197 servidores eles estão cumprindo, mas o Governo não cumpriu a parte dele, portanto nesse
198 sentido não dá com dinheiro ou sem dinheiro, esquecer a perda que tiveram por direito de lei
199 desde 2005 até agora, e o cálculo deles foi feito com impacto de 24,88% e querem isso
200 corrigido, querem corrigido porque é a forma de valorizar todos, do jeito que está quem entra
201 na SES percebe o mesmo valor de quem já está a algum tempo, então é desrespeitoso, porque
202 não valoriza de fato, diz ainda que quando criou o bônus e agora quer migrar isso para a
203 proposta para fazer parte do vencimento, a proposta deles vem com outro viés de fazer
204 incorporação, que é o da produtividade, porque hoje praticamente todos recebem, e fizeram a
205 média que incorporasse de forma linear para todos, para fazer justiça, porque a SES e nesse
206 momento fala para quem não precisaria ouvir, tentaram audiência com o Vecci, mas não teve
207 como, eles querem que esses valores sejam dados, porque não podem continuar criando
208 injustiças, então quando propôs a questão dos auditores vai estar estabelecendo outra
209 injustiça, porque ao longo do tempo não conseguirão resolver, tem auditor na SES e são
210 importantíssimos inclusive para o FES, como isso irá funcionar ou não importa mais, tem
211 questões colocadas aqui e que fica entre nós, mas não tem como pensar nessa secretaria
212 olhando somente para os que estão aqui, cometendo mais injustiças e não corrigindo as que já

213 existem, então proposta deles que tem o consenso de muitas entidades, é corrigir o que tem de
214 erro até aqui, recuperar as perdas, o que escreveram na minuta foi coisas futuras que tem
215 prazos, e de imediato tem que sanar as injustiças, não tem como avançar, tem que corrigi-las
216 primeiramente. Meire SPAIS diz sobre a colocação da Lilian sobre a titulação que sugeriu
217 manter uma titulação para não desestimular, dará ela como exemplo, ela tem sete pós
218 graduações, uma é na área de educação em saúde, outra na saúde pública, outra de políticas
219 públicas, outra de administração e serviços de saúde, e uma de direito constitucional e direito
220 administrativo, então ela acha que poderia sim manter, porque quando vai fazer uma pós
221 nunca vai para o mesmo assunto, de todo jeito a pessoa cresce, porque ela vai adquirindo
222 novos conhecimentos, ela é pela permanência ao que foi colocado na proposta. Fátima
223 SINDSAUDE diz que apresentaram outra proposta com valor maior. Maria Lúcia diz que em
224 primeiro lugar, nem todos a conhecem, por isso quer deixar claro que não é médica é uma
225 enfermeira, diz ainda que essa discussão, começando por essa colocação, foi feita
226 exaustivamente, inclusive ela foi voto vencido na comissão, em relação a essas pontuações,
227 mas como sempre procurou nas suas posições ser justa, ver o todo e não ela própria porque
228 tem doutorado, então foi voto vencido principalmente em relação a doutorado, mas algumas
229 colocações foram feitas muito pertinentes, e talvez isso não fosse de maior importância para
230 uma instituição no setor de saúde, ela está dizendo que o consenso chegou a isso, então teriam
231 que valorizar mais aqueles que fazem especializações do que especificamente, que fazem
232 cursos específicos que acrescenta na sua expertise dentro da Secretaria, do que
233 especificamente alguém que faz doutorado, porque as vezes não é específico e mais para a
234 Academia, apesar que ela não considera desta forma, continua dizendo que foi voto vencido,
235 como a maioria considerou que o mais importante era considerar as especializações dentro da
236 especificidade da área que a pessoa trabalha, então achou justo, não perdeu que tem doutorado
237 e fortaleceu que tem mais de uma especialização. Continuando dizendo que em relação ao
238 Divino, ela também está se colocando dentro dos 20% hoje que estão próximos de aposentar,
239 então só para verem que tudo que estão falando foi discutido, trabalharam exaustivamente,
240 porque estão exatamente concordando com as observações de todos, mas tem situações que
241 tem que ser verificadas, em relação por exemplo a proposta de vocês, não consegue entender
242 porque partiram de uma proposta inicial que era a da Secretaria, que era juntar o prêmio
243 incentivo e partiria daquilo igualmente para todos, considerando que no momento que junta o

244 prêmio de incentivo para os ativos, todos os inativos teriam o mesmo direito, iria acontecer
245 que o prêmio de incentivo de hoje aproximadamente R\$1.000,00, considerando os inativos
246 não iria chegar a aproximadamente a R\$200,00 para cada um dos servidores. Continua
247 dizendo que não foi pouco que tiveram que trabalhar para chegar nesta proposta atual, porque
248 a primeira proposta era incorporar o prêmio incentivo, mas quando foram discutir com a
249 SEGPLAN, eles perguntaram se tinha considerado os inativos, porque todo ganho dado aos
250 ativos, os inativos também ganhariam, porque o prêmio incentivo hoje os inativos não
251 recebem, quando vai incorporar, tem que ratear o que tem hoje para todos os servidores e
252 ainda tem incidência dos encargos. Divino SCATS pede a fala e diz que reconhece que tudo o
253 que fizer que prejudique os inativos é desumano, mas diria que nesse momento para
254 incorporar, por exemplo, a correção do piso salarial, ele pode gerar uma discussão de direito
255 que diz que só pode ter direito a esse piso quem estava no exercício no momento do plano, é
256 uma discussão de direito, é levar isso para o campo do direito, é menos injusto do que
257 qualquer outra posição é uma situação para discutir direito. Continua dizendo que quando a
258 colega colocou o exemplo o mestre pode com seus 20% crescer mais 10% e chegar a 30%, e
259 que o especialista não pode com seus 20% crescer 10% e chegar a 30%, então estaria
260 discriminando o processo de especialista, desde que a especialização for na área da saúde a
261 regra deveria ser a mesma. Maria Lúcia diz que continuando em relação a esses valores
262 quando é colocado que o valor do impacto é 24%, como a proposta da Secretaria com valores
263 inferiores é 16% e a do sindicato é bem maior com o impacto de 24%, mas o impacto da
264 Secretaria que foi feito em um sistema da SEGPLAN que é somado todos os encargos, então
265 tem o valor total, ativos e inativos, apesar dos inativos não incidir na folha da Secretaria, mas
266 o Governo entende que tem que ser computado, dando em percentual de aproximadamente
267 39% e só com os ativos é de aproximadamente R\$13.000.000,00 (26%), por isso não ficou
268 claro porque a proposta do sindicato tem o valor que começa bem superior ao proposto, o do
269 sindicato já inicia com aproximadamente R\$4.000,00, e o percentual é de apenas 24%, talvez
270 não incidiu os encargos. Continua dizendo que quer deixar bem claro que mesmo com esse
271 percentual, foi solicitado a Secretaria há poucos dias que fosse repensado uma forma de que
272 em implantando esse plano, ainda que ele fosse dividido em anos, e foi falado que dividir o
273 nada ficaria o nada, foi a observação colocada, não teria como dividir, então para todos
274 entenderem que mesmo os 26%, ainda está havendo uma dificuldade por recursos financeiros

275 do Tesouro, de que se fosse aprovado, tudo acontecesse na hora de sua implantação, teria que
276 ainda fazer um escalonamento. Continua dizendo que surgiram algumas propostas, como
277 exemplo as pessoas que vão aposentar nos próximos anos, mas não seria justo, enquadrariam
278 as pessoas que vão aposentar e o restante, esses pontos são para entenderem que estão
279 defendendo, mas estão em um impasse, é um problema de recurso financeiro do Tesouro, que
280 mesmo esses 26%, ainda teria dificuldade de ser implantado na sua totalidade, crescer
281 qualquer coisa nesta proposta seria impossível. Carolina GDP/SGPF diz que estão
282 vivenciando um momento de muita riqueza, já lutaram muito para ter esse fórum, cujo
283 processo é de negociação, onde as pessoas estão colocando a importância da
284 multiprofissionalidade, que tem clareza que é necessária uma equipe motivada e qualificada,
285 coloca que a discussão quanto a questão da titulação foi exaustiva, tem que pensar a titulação
286 como um todo, há tendência em pensar somente no nível superior, é necessário pensar
287 também no nível médio e fundamental, pensar nos cursos de formação, nos cursos de
288 especialização, esta é uma discussão grande, a questão de qualificação de pessoal, ela diz que
289 está insistindo nesse assunto porque é uma discussão rica. É vista a importância do doutor e
290 do mestre, e essa importância é muito mais até em determinadas áreas como na Academia,
291 mas que o serviço de saúde também precisa em algumas áreas como de planejamento, vale a
292 pena ter todo um esforço no sentido de pensar a Secretaria de Saúde com o profissional de
293 nível médio, fundamental e superior. Continua dizendo que para implantação de PCCS
294 esbarra muito em questões financeiras, em todas as instâncias e todas as Unidades Federadas.
295 É defensora de perspectiva que tenha no mínimo um PCCS, caminhar entre as referências que
296 é a valorização da experiência e da qualificação o atual PCCS não dá importância a expertise,
297 ao que a pessoa acumulou de conhecimento, pensando enquanto gestora de recursos humanos,
298 porque tem que valorizar a experiência acumulada. Flaviana SINDSAUDE diz que o que quer
299 salientar é que em virtude do que tem falado sobre o impacto, do que realmente pode, quando
300 parte do princípio onde dá uma super valorização de uma categoria, que hoje na proposta do
301 Governo dobra a do analista, que hoje no quadro de servidores tem 2000 médicos, isso para o
302 impacto é enorme, então tem que dividir para que possa melhorar dos outros cargos, já que
303 não pode evoluir por conta das dificuldades, a primeira coisa que tem que fazer é justiça, se o
304 impacto está superior, não pode melhorar, então tem que primeiro puxar a categoria de
305 médico para o nível que sempre foi de analista, porque a valorização dos médicos já vem em


306 outros programas do Governo, como exemplo programa do Mais Médicos valorizando os
307 médicos com salários de R\$10.000,00, tem o PSF que também favorece o médico. Continua
308 dizendo que a partir desse princípio, se olhar o que pactua passar o médico para ganhar
309 R\$5.000,00 no início de carreira, e os outros não estão tendo nada, esse bolo tem que ser
310 dividido, tem que trabalhar dentro dessa possibilidade. Diz ainda que quer reforçar o que a
311 Carolina falou, que quando pega o PCCS, apesar de ela ser nível superior ficou pasma de não
312 ver nenhuma valorização do nível técnico, porque se fizer um levantamento na Secretaria, as
313 pessoas que estão no nível técnico a grande maioria já se graduou, e então qual seria a
314 diferença desse serviço, para o técnico que já é graduado, além disso existem ainda técnicos
315 que além da graduação, fez pós graduação e mestrado e não estão sendo valorizados, então
316 tem que partir do princípio de dividir mais o o bolo, dentro da possibilidade que todos tem.
317 Outra coisa que quer destacar que enquanto tiver grupos separados, uma comissão da
318 Secretaria tentado elaborar uma proposta e o grupo dos trabalhadores trabalhando também
319 para encontrar alguma coisa, eles não tem dados corretos para pactuar, sem ter os números
320 não tem como pactuar, então seria necessário que extra comissão, sente e discuta como pode
321 ser pactuado, como dividir bolo, como será a referência, qual será o impacto, então essa
322 comissão trabalharia junto com os dados concretos, a Secretaria junto com os trabalhadores,
323 discutir o que trabalhador acha importante, a Secretaria já discutiu inúmeras vezes para
324 diminuir o impacto, mas para ela a essência de uma Mesa não é o Governo trazer uma
325 proposta e os trabalhadores outra, e não constrói algo, tem que se construir nessa Comissão
326 com os dados que tem na mão, estão com um tempo muito limitado, ela gostaria de
327 encaminhamento para esta reunião de hoje, sentar esta comissão, com os dados, com a
328 possibilidade de valor, e dividir o bolo, e enfatizar que não podem supervalorizar uma
329 categoria, sabem o quanto o médico é importante, mas se faltar os outros profissionais não
330 terá saúde pública. Diz ainda que não podem partir deste princípio, para ela o que mais fere
331 nesse plano, na essência dele não é nem ter encaminhar 3% ficam triste mas é um começo,
332 mas é imaginar que o médico inicia com R\$5.000,00 e que os outros trabalhadores analistas
333 vão trabalhar 30 anos para alcançar o mesmo valor, isso é desrespeitoso, não sabem quem
334 pediu se foi o Governador ou o Sindicato dos Médicos, mas é imoral para a Secretaria e para
335 Goiás, o servidor vai trabalhar de 30 a 35 anos e ficará R\$1.000,00 abaixo do inicial do
336 médico, tem que dividir esse bolo, construir o que pode ser plausível. Fátima SINDSAUDE

337 diz que quer começar pela titulação, a proposta deles é ter o mesmo percentual que hoje a
338 Prefeitura de Goiânia paga, e não podem admitir que o município possa pagar e SES não pode
339 pagar isso é um fato. Diz que a outra coisa é que precisa garantir na titulação que o nível
340 técnico poder ter titulação, e na proposta da SES não tem em lugar nenhum, precisa além de
341 valorizar todas as categorias é ter claro que muita gente que fez mestrado, doutorado e
342 especialização fez inclusive pela Escola de Saúde Pública não tendo gastos, enquanto esses
343 outros trabalhadores que fizeram a graduação a duras penas fazendo à noite com sobrecarga
344 de trabalho, esse conhecimento a mais está sendo disponibilizado para a Secretaria sem
345 nenhum custo, estão sendo duplamente explorados, primeiro porque não tiveram nenhum
346 apoio, as vezes o Sindicato teve que mediar para que profissionais tivessem liberação que uma
347 garantia estatutária de meia hora antes, para que esses profissionais pudessem adquirir essa
348 graduação, que agora tem essa diferenciação. Continua dizendo que a outra questão é que
349 concordando com o encaminhamento da Flaviana, que tem que sentar não só a bancada dos
350 trabalhadores e a dos gestores, mas também com o CONSIND, porque não pode deixar só a
351 Secretaria discutindo e o sindicato simplesmente esperando a resposta, então teria que sair
352 daqui hoje com uma reunião marcada com o CONSIND. Diz ainda que a outra questão é que
353 quando a Maria Lúcia coloca como o sindicato fez sua proposta, eles pegaram a lei 15.337 e
354 corrigiram as suas perdas, por isso que a tabela deles está diferente, somando a cada 3 anos
355 esse %, está na lei, somente pegaram o que teriam como direito, e a outra questão que fizeram
356 foi o que o DIEESE fez, foi somar todas as datas base que tinham como direito, por isso que
357 a tabela deles é diferente, porque eles somaram as perdas, não impactaram da forma da
358 Secretaria, eles construíram tudo ao longo desse processo, para chegar a esse percentual, eles
359 tem claro porque foi o DIEESE que fez, então podem colocar na Mesa, o que colocaram
360 também na proposta deles é o que na proposta da SES não conseguiu encontrar que é a
361 questão da comissão paritária, que é a proposta da Flaviana, reforçando essa proposta, porque
362 para todos essa discussão do PCCS com a Mesa constituída igual a existente, a comissão tem
363 que ser paritária, aqui ela não está paritária, porque tem a parte do gestor fazendo a
364 negociação e os trabalhadores trazendo a parte, não está apresentando para quem irá bater o
365 martelo, está na hora de ir atrás disso, essa mediação é para que há essa junção de todos, para
366 avançar no processo e fechar de fato o percentual, porque se tem dificuldade na data base e
367 pode aplicar os 26%, então se sentar junto constrói uma proposta para aplicar o percentual,

368 porque independente de qual categoria todos querem isso, porque se tem essa vontade do
369 PCCS, como já afirmou para um número expressivo de trabalhadores o próprio Dr. Antonio,
370 ele disse que é seu compromisso e ele quer fazer, se tem esse compromisso e tem consonância
371 com o Governo, e ela acredita que tem porque o Dr. Antonio não falaria isso se não tivesse,
372 então precisa juntar e ver como vai distribuir isso, para que todos possam não com a bola
373 redondinha mas que todos saiam contemplados, porque tem parte no PCCS que não aplica de
374 imediato, então o impacto não é tão grande de imediato, o que poderiam prorrogar, porque há
375 a preocupação é que o próximo ano é eleitoral, o Governo não pode fazer algo que não
376 comece a pagar, então seria esse o encaminhamento para que possam de fato construir o
377 PCCS, possam avançar. Carolina SGPF diz que por uma questão de encaminhamento, já estão
378 há 1:19 horas na reunião, as outras reuniões normalmente foram de 1 hora, sabe da riqueza
379 mas tem que estabelecer um prazo, até por conta de compromissos de outras pessoas, então
380 quer pedir para todos serem objetivos para encerrar as discussões. Maria Lúcia diz que para
381 responder em relação aos auditores, nas primeiras propostas tinham considerado o que o
382 sindicato colocou, quando se faz a diferenciação do cargo do auditor não interessando qual a
383 sua profissão original (médico, enfermeiro, advogado e etc.), não pode diferenciar, dando para
384 o médico, ele fez o concurso para auditor, então o salário é do auditor, então se dentro desse
385 cargo considerar diferente o médico, se fizer isso teria que dar para todos os auditores se
386 colocasse isso no plano, então por isso se ele fez o concurso para auditor não interessa se é
387 médico, se está separando o cargo de médico de auditor, se no momento que desse para o
388 médico tem que dar para todos os auditores, para deixar bem claro foram e voltaram, tentando
389 fazer o que o sindicato queria, todas as observações realizadas pelo sindicato, mas não
390 conseguiram por isso, quando jogava para todos estourava qualquer impacto. Continua
391 dizendo que respondendo a questão de técnicos ou auxiliar que no decorrer dos anos evoluiu e
392 cresceu foi para nível superior e até para uma pós graduação, é inconstitucional, eles
393 levantaram e só pode ser por concurso. Lorena SINFAR diz que o impacto do médico é muito
394 maior são 2025 profissionais e os auditores são 78 profissionais. Maria Lucia diz que não está
395 fazendo essa comparação, porque a colocação foi categoria médico separado. Carolina SGPF
396 diz para seguir o encaminhamento das falas, se quiser estabelece mais alguns minutos para
397 concluir, já tem muita gente cansada na reunião. Divino SCATS diz que gostaria de fazer uma
398 solicitação, terá ousadia de fazer essa solicitação em nome dos colegas trabalhadores da saúde



399 como ele que não sindicalizado e nem está fazendo corporativismo profissional, no artigo 2º
400 da minuta do PCCS diz que para efeitos da lei faz várias definições até chegar no grupo
401 ocupacional, nesse ponto se definisse o que é trabalhador da saúde que ele é multiprofissional
402 e desenvolvimento do trabalho multidisciplinar, que conste esse conceito. Jean SOEGO diz
403 que endossa a fala da Flaviana SINDSAUDE que é o pensamento deles a respeito do PCCS,
404 diz ainda que a Dra. Maria Lúcia trouxe uma parte dos dados da situação dos trabalhadores da
405 saúde hoje do seu histórico de carreira 20% já na letra O, é importante que o movimento
406 sindical vai ter que partir de uma nova rodada de debates diante das informações trazidas
407 aqui, e o Estado também recebendo a minuta deles terá que fazer isso também e a próxima
408 rodada teria que ser ampliada com outros níveis de representação, porque a Mesa de
409 Negociação esgota o poder dela, uma vez que está claro que quem define não é esse grupo
410 que está discutindo, esse grupo está contribuindo na discussão e na construção, não são eles
411 que vão chegar a um resultado final, para a próximas reunião poderia buscar uma reunião com
412 outros níveis de representação, para poder evoluir no processo. Continua dizendo que queria
413 solicitar que passasse para eles a situação de todos os profissionais, eles precisam entender a
414 política de recursos humano da SES, porque ontem ele sentou com um grupo de trabalhadores
415 para fechar um acordo coletivo de trabalho de pessoas que prestam serviços para o SUS, então
416 tem que pensar como é a política que o Estado quer implementar para os trabalhadores da
417 saúde e para o futuro também, tem a OSS no mercado, e não sabem até quando vai, o contrato
418 permite que só 50% dos trabalhadores sejam do Estado, precisa conhecer tudo para perceber
419 essa realidade para discutir dentro do PCCS. Carolina GDP/SGPF diz que são dois fóruns
420 diferentes, um é da Mesa de Negociação Permanente, que normalmente em todo o país o foco
421 das discussões é referente às de RH, não discute somente PCCS, discute condições de
422 trabalho, políticas e uma série de outros assuntos, aqui em Goiás no momento está discutindo
423 o plano porque está mais premente, é uma demanda muito forte. A Mesa é paritária, foi
424 constituída dentro de protocolos. Tem uma comissão constituída por servidores da SES, do
425 plano de cargos, carreira e salários, que está sendo trabalhada. A participação dos sindicatos
426 nessa comissão será levada aos superiores, acha simpática a idéia, porque os planos que foram
427 construídos juntos, avançaram muito, mas não tem governabilidade para fazer a definição. O
428 compromisso é de levar ao Dr. Halim essa reivindicação para a decisão, porém compondo um
429 grupo menor, o que não dá é para fazer uma Mesa do mesmo tamanho da original para essa



430 discussão. Quanto a pontuar os cursos de formação, tem um discussão muito exaustiva, apesar
431 da pessoas esforçar, para o curso está na constituição que fala que investidura em cargo
432 público só se faz através de concurso público, portanto a pessoa tem que se aperfeiçoar para
433 seu cargo, por exemplo se é técnico de enfermagem, mesmo que faça curso de enfermagem
434 não pode pontuar isso, porque poderia incentivar a desvio função com mão de obra barata, é
435 ilegal, tem que incentivar a pessoa a ter pontuação no aperfeiçoamento do cargo que foi
436 contratada. Queria fazer essas colocações pensando em gestão de pessoas. Flaviana
437 SINDSAUDE diz que quer voltar na questão técnica, ela pode estar equivocada, mas quando
438 propõe uma valorização para o nível técnico por ele ter estudado, não está transpondo ele de
439 cargo e nem desvio de função, mas está valorizando o serviço deles, ao valorizar porque ele
440 graduou, o que ela está dizendo é a valorização da pessoa, o que ela conhece de plano até hoje
441 não só do município de Goiânia é que o nível técnico quando faz um curso tem valorização
442 sim, que seja de 5% de 10%, porque algo que ele fez para que o seu serviço fosse melhor
443 executado, em momento nenhum ao permitir que ele ganhe uma valorização vai estar
444 comprando uma mão de obra barata, ai é um problema de gestão, pedir porque formou pode
445 executar o serviço de nível superior, isso nem o sindicato vai permitir, se isso fosse
446 inconstitucional já teria sido questionado em outros planos. Diz ainda que vale a pena a
447 comissão de forma paritária, tem que sair com data da próxima reunião de forma
448 extraordinária, devido ao curto prazo que tem, para que possa evoluir e que essa comissão
449 busque isso a fundo, eles tem assessoria jurídica a Secretaria tem, porque ao valorizar
450 graduação de nível técnico em nenhum momento está tendo desvio de cargo. Lorena SINFAR
451 diz para sair com data da reunião extraordinária, agendar essa reunião com outros atores,
452 porque a vontade de contribuir é grande tanto da Secretaria quanto da bancada sindical, mas o
453 poder de decisão é pequeno, mas hoje tem força suficiente para mobilizar os trabalhadores,
454 para conseguir articular essa reunião onde for preciso. Quer dizer que as vezes se expõe de
455 uma forma, mas em momento algum quer ter embates, se sentem bem representados por saber
456 que a Dra. Maria Lúcia e a Carolina estão a frente, porque são pessoas que eles conhecem e
457 sabem do histórico e o compromisso que tem com o servidor público. Continua dizendo que
458 quer reforçar em relação ao impacto sobre o auditor cresce demais, o auditor hoje está com
459 um número reduzido, se for comparar com outros profissionais, são 78 profissionais, esse
460 impacto é mínimo se for comparar com impacto de outras categorias, e a proposta da

461 Secretaria foi apresentado o auditor como não tendo ganho nenhum, e eles trabalham 30 horas
462 e outros que trabalham 20 horas está tendo um ganho de mais de 100%, então tem muitas
463 perdas, e o que querem é que essas inconsistências não sejam aprovadas, tem que encontrar
464 um denominador de forma que a carreira de auditor ela seja a maior, que seja o nível mais
465 elevado da categoria e que não tenham perdas com o novo plano. Carolina GDP/SGPF diz
466 que na SES não há um sistema de informação ágil nessa área, e que algumas pessoas ainda
467 não averbaram seu tempo de serviço e, quando da implantação do plano com certeza terão
468 muitas averbações, atualmente fazem uma estimativa. Tentou falar com o Dr. Halim mas não
469 conseguiu, sugeriu tirar datas prováveis para próxima reunião. Flaviana SINDSAUDE sugere
470 26/11, 27/11 ou 28/11 às 15 horas. Carolina GDP/SGPF agradece a todos e encerra a reunião.
471
472

Goiânia, 20 de novembro de 2013.

Divino Aparecido Alves
SCATS/SES

Vera Lúcia dos Santos
CRESS

Mara Rúbia Rodrigues Ribeiro
SEST/SES

Wellersson Moreira Ribeiro
SIEG

Maria Carolina Ferreira
SGPF/SES

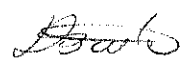
Lorena Baia de Oliveira Alencar
SINFAR


Meiry de Paula Ferreira
SPAIS/SES

Jean Jacques Rodrigues
SOEGO

João Ferreira de Morais
SUVISA/SES




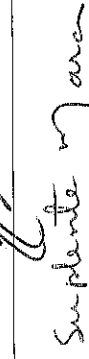
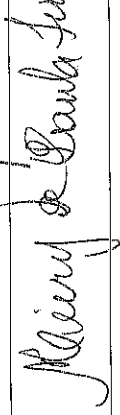





Maria de Fátima Veloso Cunha
SINDSAUDE


Lilian Freire Baeta
SIMEGO

**TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA ESTADUAL DE NEGOCIAÇÃO
PERMANENTE DO SUS**

Data: 20/11/2013 *et*

Horário: 15:00 horas

Nº	Nome	Área/Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
1	Halim Antonio Girade	SUPEX/SES	3201-3759	hgirade@hotmail.com	
2	Maria Carolina Ferreira	SGPF/SES	3201-3732	maria.ferreira@saude.go.gov.br	
3	João Ferreira de Moraes	SUVISA/SES	3201-4114 / 8588-8795	ifmoraism@gmail.com	
4	Divino Aparecido Alves	SCATS/SES	3201-4487 / 9181-1130	divinoalves3@gmail.com	
5	Meire Incarnação Ribeiro Soares	SEST/SES	3201-3410 / 9673-8324	meireirs@yahoo.com.br	
6	Meiry de Paula Ferreira	SPAIS/SES	3201-4597 / 8111-3321	prg.spais@gmail.com	
7	Deusedith Vaz	SUNAS/SES	3201-3814 / 9831-4064	astec.sunas@gmail.com	
8	Irinesa Machado Lima	SEGPLAN	3201-6537 / 8597-9842	irinesamachado@gmail.com	
9	Maria de Fátima Veloso Cunha	SINDSAUDE	9247-8233 / 9107-1970	fatimavcunha@gmail.com	
10	Wellerson Moreira Ribeiro	SIEG	3224-5114 / 8452-3290	wellerson.tom@bol.com.br	

Nº	Nome	Área/Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
11	Lorena Baia de Oliveira Alencar	SINFAR	9253-7041 / 3225-1270	lorenabaia@hotmail.com	<i>Lorena Baia</i>
12	Lilian Freire Baeta	SIMEGO	3223-3943 / 9252-5623	contato@simego.com.br	<i>Lilian Freire Baeta</i>
13	Jean Jacques Rodrigues	SOEGO	9607-0523 / 3255-3577	jean.gyn@terra.com.br	<i>Jean-Jacques Rodrigues</i>
14	Vânia Marra	SINEG	3282-4195 / 9976-9803	vania.marra@terra.com.br	
15	Hélio Lourêdo da Silva	SINDIVET	3261-0934	sindivetgo@hotmail.com	
16	Vera Lúcia dos Santos	GRESS	3224-8007 / 9933-7677	veraluciasms@gmail.com	<i>Vera Lúcia dos Santos</i>
17	Mara Rúbia R. Ribeiro	SEST/SES	8461-1190 3201-3420	erentes.net@gmail.com	<i>Produtiva</i>
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					